

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 537.365 - MG (2019/0297571-6)**

**RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE : KARINA LUCAS CARDOSO PINTO**  
**ADVOGADO : KARINA LUCAS CARDOSO PINTO - MG157212**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**PACIENTE : LEONARDO ICARO ALVES DE SOUZA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **LEORNADO ICARO ALVES DE SOUZA** contra decisão monocrática proferida pelo Desembargador Relator do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, que indeferiu a medida de urgência pleiteada no *writ* originário (e-STJ, fls. 9-10).

O impetrante sustenta, em síntese, "trata-se de crime afiançáveis, de pequeno potencial ofensivo, não revestidos de gravidade, cujas penas cominadas em abstrato, ainda que somadas, não autorizaria, nos moldes do 313, I, do CPP, decreto de custódia cautelar, além de a não concessão de fiança, por si só, já ser motivo idôneo para impetração do remédio heróico" (e-STJ, fl. 4).

Requer a concessão da ordem, inclusive liminarmente, "a ordem de habeas corpus, a fim de que seja expedido alvará de soltura em favor do Paciente para que responda ao processo em liberdade e, ou, caso Vossa Excelência não conheça do presente HC, que seja expedido alvará de soltura, de ofício, dada a urgência do caso" (e-STJ, fl. 8)

### É o relatório.

Decido

Esta Corte possui entendimento pacificado no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra decisão que indefere pedido liminar, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão impugnada (Súmula 691/STF).

Sobre o tema, os seguintes precedentes:

"AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO INDEFERIDA LIMINARMENTE. SÚMULA 691/STF. AUSÊNCIA DE PATENTE ILEGALIDADE. PLEITO DE APRESENTAÇÃO DE MEMORIAIS ESCRITO E NO PRAZO RAZOÁVEL. ALEGADA COMPLEXIDADE DO FEITO. TEMA A SER EXAMINADO PELO JUÍZO PROCESSANTE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

**1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível habeas corpus contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio mandamus, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade, o que não ocorre na espécie. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.**

2. Na espécie, o Juízo de 1º grau, explicitamente, afastou a necessidade de apresentação das alegações finais por escrito, ao afirmar que não se tratava de feito complexo, bem como o número de acusados fora reduzido com o desmembramento da ação penal. Assim, modificar tal entendimento demandaria incursão no acervo

probatório dos autos, inviável na sede eleita. Impossibilidade de superação do enunciado sumular 691/STF.

3. Por outro lado, nada impede que o Juízo Processante, ao final da instrução e pela proximidade com os fatos, possa reavaliar o pleito defensivo de apresentação de alegações finais por escrito, momento em que examinará a verdadeira complexidade do feito, lembrando-se que o cumprimento do princípio constitucional da duração razoável do processo (art. 5º, LXXVIII, da CF) não pode sobrepor às garantias constitucionais do cidadão no processo penal, em especial o respeito ao contraditório e à ampla defesa (art. 5º, LV, da CF).

4. Agravo regimental improvido."

(AgRg no HC 495.211/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 21/03/2019, DJe 29/03/2019, grifou-se.)

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO INDEFERITÓRIA DE LIMINAR EM OUTRO HABEAS CORPUS NA ORIGEM, AINDA NÃO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE DE SUPERAÇÃO DA SÚMULA N.º 691 DA SUPREMA CORTE. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

**1. Não se admite habeas corpus contra decisão denegatória de liminar proferida em outro writ na instância de origem, sob pena de indevida supressão de instância. Súmula n.º 691/STF.**

2. No caso, não se constata ilegalidade patente que autorize a mitigação da Súmula n.º 691 da Suprema Corte, tendo em vista que foi demonstrada a necessidade de manutenção da segregação cautelar, em virtude da "participação ativa do paciente na quadrilha voltada ao tráfico de entorpecentes, com a qual foi apreendida mais de 01 (uma) tonelada de cocaína, figurando o paciente na ORCRIM como piloto da aeronave".

3. Conforme orientação desta Corte, a quantidade e a natureza da droga apreendida, bem como a necessidade de se interromper as atividades de organização criminosa, são circunstâncias aptas a justificar a segregação provisória.

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no HC 496.205/MT, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 19/03/2019, DJe 01/04/2019, grifou-se.)

No caso dos autos, não se verifica a ocorrência de flagrante ilegalidade na decisão impugnada, de modo a justificar o processamento da presente ordem, uma vez que encontra-se assim fundamentada:

"No caso, da documentação juntada aos autos, não foi possível vislumbrar, prima facie, o alegado constrangimento ilegal.

Primeiramente, constato que a decisão hostilizada foi fundamentada a contento, pois como se afirmou na própria impetração, trata-se de paciente que estava em cumprimento de execução penal quando cometeu os referidos crimes, além de estar respondendo por delito de porte de arma de fogo, circunstâncias estas que denotam prima facie a existência de razões de cautela a justificarem a custódia

# *Superior Tribunal de Justiça*

preventiva" (e-STJ, fls. 9-10).

Ante o exposto, **indefiro liminarmente** o *habeas corpus*, nos termos do art. 210 do RISTJ.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS  
Relator

